



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

REQUERIMENTO N ° , DE 2009

(Do Sr. DUARTE NOGUEIRA)

Solicita que sejam convidados o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Sr. Maurício Tomalsquim e o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Sr. Altino Ventura Filho, com a finalidade de pronunciarem-se sobre os efeitos financeiros e patrimoniais das ações previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE – 2008/2017.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 24, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, que ouvido o Plenário da Comissão em referência, sejam convidados o Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, Sr. Maurício Tomalsquim e o Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, Sr. Altino Ventura Filho, com a finalidade de pronunciarem-se sobre os efeitos financeiros e patrimoniais das ações previstas no Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica – PDEE – 2008/2017, os cenários sobre a expansão da demanda e da oferta de energia e seus respectivos investimentos nesse período.

JUSTIFICAÇÃO

A recente divulgação pelo governo do Plano Decenal de Expansão de Energia - PDE, período 2008-2017, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, e colocado em consulta pública no site do Ministério de Minas e Energia, no período entre 24/12/2008 e 28/02/2009, trouxe preocupação aos agentes do setor e à sociedade em geral, em função da insistência do governo em privilegiar as ações de longo prazo do setor em políticas públicas voltadas para expansão de energia baseadas em 71 novas usinas hidrelétricas na Amazônia e um aumento de 172% nas emissões de gases alimentadores do efeito estufa devido às termelétricas.



E682181C12



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

Os estudos de planejamento abrangem o horizonte de 2008 a 2017, e com efeito, aproveitamentos hidrelétricos de grande investimento e impacto ambiental como os de Santo Antonio, Jirau, já no início de seus trabalhos no Estado de Rondônia, e mais adiante, o de Belo Monte, no rio Xingu, no Estado do Pará, além de dezenas de outros de menor oferta de energia, deverão ter constante acompanhamento da sua execução financeira e orçamentária ao longo de seus cronogramas. Igual premissa é válida para as áreas de petróleo e gás – notadamente o pré-sal e a construção de gasodutos - etanol carburante e biodiesel, todas detentoras de vultuosos investimentos constantes no Plano e de importante alavancagem do desenvolvimento do País.

Por outro lado, os estudos da EPE indicam um cenário extremamente otimista em relação ao crescimento econômico e ao próprio consumo energético, denotando não ter levado em consideração com o devido apuro, a abrangência e a profundidade da atual crise, até mesmo por ter sido elaborado no último trimestre de 2008 quando tinha-se a falsa idéia de que o País estava de certa forma imune a ela.

Desta forma, considerando todo o exposto e, principalmente, a utilização de recursos da União envolvidos nas ações que compõem o Plano Decenal de Expansão de Energia, entendemos necessária a audiência pública proposta, de forma a possibilitar a essa Casa Legislativa, o conhecimento necessário dos estudos em questão e a forma da sociedade aprimorar este importante instrumento de planejamento.

Sala das Comissões, de março de 2009.

Deputado DUARTE NOGUEIRA

PSDB/SP



E682181C12